

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.296 - SC (2019/0302395-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : EDEMILSON DE ALMEIDA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

## EMENTA

*HABEAS CORPUS*. ROUBO SIMPLES. REGIME INICIAL. FUNDAMENTAÇÃO. EXISTÊNCIA. REGIME FIXADO TENDO EM CONSIDERAÇÃO A VIOLÊNCIA COM QUE O DELITO FOI PRATICADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL MANIFESTO. AUSÊNCIA.  
Inicial indeferida liminarmente.

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Edemilson de Almeida** – condenado, pela prática do crime de roubo simples, à pena de 4 anos de reclusão, em regime semiaberto, e ao pagamento de 10 dias-multa –, em que se alega constrangimento ilegal por parte do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que deu parcial provimento à apelação ali interposta, redimensionando a pena imposta e mantendo, no mais, a sentença exarada pelo Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da comarca de Chapecó/SC (Ação Penal n. 0003901-49.2018.8.24.0018).

Alega a impetrante, em síntese, constrangimento ilegal consistente na fixação do regime inicial semiaberto de cumprimento da pena à condenação imposta, ao argumento de ausência de fundamentação.

Postula, então, a concessão liminar da ordem para que seja fixado o regime inicial aberto de expiação.

É o relatório.

Com efeito, busca a impetração a fixação de regime inicial diverso do

# Superior Tribunal de Justiça

semiaberto à condenação imposta ao paciente em razão do crime de roubo simples, ao argumento de fundamentação inidônea para a imposição do regime mais rigoroso.

Ocorre que, além de não se vislumbrar falta de fundamentação para a fixação do regime inicial semiaberto, pois as instâncias ordinárias fizeram referência à gravidade concreta da conduta imputada – uma vez *que diante da grave ameaça exercida pelo agente com o uso de uma arma branca (circunstância que poderia, inclusive, ter ensejado acréscimo da pena-base)*, o regime inicial semiaberto deve ser mantido, pois, *além de o Apelante Edemilson de Almeida empunhar uma faca, após o delito ainda arremessou pedras contra o veículo das Vítimas, registrando ações penais em andamento (0006905-65.2016, por receptação; 0009028-02.2017, por furto qualificado; 0012169-29.2017, por desacato; 0012463-81.2017, por posse de drogas para consumo) e ostentando atos infracionais (0001076-45.2012 e 0021206-22.2013, por tráfico de drogas; e 0008196-42.2012, por furto simples) (fls. 330/331) –, este Superior Tribunal de Justiça, na linha do entendimento firmado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, não admite a impetração de *habeas corpus* substitutivo de recurso.*

Ademais, adotar conclusão inversa ensejaria reexame profundo de fatos e provas, o que é inviável na via estreita do *habeas corpus*.

Em face do exposto, com fulcro no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o presente *writ*.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator